

ATRASOS E DESVIOS NA APLICAÇÃO DOS 2.75%

Governo nega o direito ao desenvolvimento das comunidades afectadas pela exploração mineira em Moatize

- Estamos a pouco menos de duas semanas para o fim do presente ano e os míseros 21 milhões de meticais que foram prometidos às comunidades afectadas pela exploração mineira em Moatize ainda não foram desembolsados. Após meses de planificação e reunião de consensos, até hoje as comunidades ainda não viram sequer um centavo do dinheiro prometido, nem receberam explicações claras sobre o que, de facto, constrange o seu desembolso.





Nem um centavo do dinheiro prometido e nem explicações claras sobre o que de facto constrange o seu desembolso, tal é a situação que vivem as comunidades de Tete. Enquanto o tempo passa, qualquer um que procura saber sobre o ponto de situação do desembolso das transferências acaba sendo arrastado para um “pingue-pongue” entre o Ministério da Economia e Finanças (MEF) e o governo distrital.



Um assalto aos pobres – os verdadeiros donos dos recursos naturais – está sendo orquestrado a nível do distrito de Moatize, província de Tete. Enquanto outros fazem o balanço do ano prestes a findar e começam a perspectivar o ano que vem, cidadãos da cidade de Moatize afetados pela exploração mineira, num contexto de crescente frustração, ainda aguardam pelo desbloqueio do valor para o financiamento de projectos de desenvolvimento local que vem sendo adiados desde o início do ano.

São cerca de 21 milhões de meticais que, segundo o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2023, deviam ser transferidos para as comunidades de Moatize e posteriormente alocados “exclusivamente para o financiamento de projectos de infraestruturas e programas de desenvolvimento que tenham efeito multiplicador na economia local”. Entretanto, chegados a esta altura, a menos de duas semanas para o fim do presente exercício, começa a haver dúvidas, se, de facto, o valor irá chegar às comunidades.

O valor “congelado” pelo Tesouro em prejuízo das

comunidades locais de Tete tem a particularidade de ter sido determinado no âmbito do novo paradigma de partilha de receitas com as regiões produtoras, aprovado no contexto das medidas do Pacote de Aceleração Económica (PAE). Neste novo paradigma é fixada uma percentagem de 10% das receitas provenientes do imposto sobre a produção mineira e petrolífera para regiões produtoras contra os apenas 2,75% que vigoraram por sensivelmente uma década desde o seu estabelecimento em 2013. Dos actuais 10% dos *royalties*, 7,25% são alocados para províncias e distritos e 2,75% continuam sendo alocados para as comunidades locais nas áreas onde estão localizados os respectivos projectos, em conformidade com o antigo regime de partilha de receitas.

Para o ano de 2023, os cálculos do governo determinaram a transferência de 21 milhões de meticais para as comunidades de Moatize no âmbito dos 2,75%. A localidade de Benga seria a maior beneficiária em termos de alocação, com 15,3 milhões, enquanto as localidades de Cateme, 25 de Setembro e Chipanga II ficariam com exíguo 1,9 milhão cada.

TRANSFERÊNCIAS ÀS COMUNIDADES DA PROVÍNCIA DE TETE 2023 (EM MILHÕES DE METICAIS)

Moatize	Cateme	1.9
	25 de Setembro	1.9
	Chipanga II	1.9
	Benga	15.3
Marara	Kachembe	2.8
Tsangano	Tsangano	0.1

Fonte: Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (2023)

O facto de o valor ser ínfimo relativamente às necessidades não impediu as comunidades de se organizar e fazer planos com o mesmo. Aliás, a Direcção Provincial de Finanças promoveu encontros de auscultação à sociedade civil sobre a aplicação que seria dada ao valor transferido pelo governo central. Foram horas a fio para criação de consensos, alguns empreiteiros até foram apresentados e, no final, todas as expectativas foram frustradas.

Na localidade de 25 de Setembro, as comunidades esperavam usar o dinheiro para pavimentação de uma estrada ligando um campo de futebol a

uma escola. Em Chipanga II, as comunidades pretendiam reabilitar um centro de saúde. Já em Benga, esperava-se a asfatação de estrada de aproximadamente 7,5 km. Entretanto, todos estes planos, incluindo a construção de quatro sedes de Bairro, decidida pelos “grandes chefes” à revelia da vontade expressa pela comunidade de Cateme, agora ficam em risco de incumprimento.

Nem um centavo do dinheiro prometido e nem explicações claras sobre o que de facto constrange o seu desembolso, tal é a situação que vivem as comunidades de Tete. Enquanto o tempo passa,

qualquer um que procura saber sobre o ponto de situação do desembolso das transferências acaba sendo arrastado para um “pingue-pongue” entre o Ministério da Economia e Finanças (MEF) e o governo distrital.

Afinal houve ou não desembolso? Esta é a questão com a qual se debatem as comunidades de Moatize. Segundo organizações da sociedade civil na província, existem informações do próprio MEF que o desembolso dos referidos fundos já foi feito. Por seu turno, o governo distrital afirma que o valor ainda não chegou às suas contas, tendo inclusive submetido uma carta ao ministério solicitando o desembolso. Em meio a estas informações contraditórias, começa a haver suspeitas de tratar-se não de um atraso, mas sim de um desvio do dinheiro das comunidades.

Tratando-se de recursos que visam não só compensar as regiões afectadas pelos impactos sociais e ambientais da extracção de recursos naturais, mas também melhorar a qualidade de vida das regiões abrangidas pelas operações extractivas e, sobretudo, mitigar casos de violência associados a recursos naturais, é urgente que o MEF se pronuncie sobre o assunto.

Não é aceitável que as comunidades sejam privadas do acesso aos escassos recursos a que têm direito pela exploração de recursos que diariamente impacta negativamente nas suas vidas.

Porque a situação já está a criar um sentimento de revolta nas comunidades que vêm assistindo uma contínua deterioração do seu padrão de vida, configurando uma grande violação dos seus direitos económicos e sociais, bem assim o facto de estarmos já no fim deste exercício fiscal, o mínimo

“

Tratando-se de recursos que visam não só compensar as regiões afectadas pelos impactos sociais e ambientais da extracção de recursos naturais, mas também melhorar a qualidade de vida das regiões abrangidas pelas operações extractivas e, sobretudo, mitigar casos de violência associados a recursos naturais, é urgente que o MEF se pronuncie sobre o assunto.

”

que o MEF pode fazer é vir a público e explicar aos moçambicanos, e, em particular, às comunidades de Moatize, o que de facto está a constanger o desembolso dos recursos. E mais: como e quando pretende resolver o assunto.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

